

CURSO OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA: PLANEJAMENTO, LICITAÇÃO E FISCALIZAÇÃO NA LEI 14.133/2021

- **60 inovações imprescindíveis da lei 14.133/21 que afetam os contratos de obras e serviços de engenharia**
- **Quiz com 60 questões que facilitarão o entendimento da nova lei nas fases de Especificação da Obra, Planejamento da Contratação, Seleção do fornecedor e Fiscalização do Contrato de obras e Serviços de Engenharia**

Apresentação

Serão mencionadas regras de governança, ESG, linhas de defesa, segregação de funções – **procedimentos imprescindíveis para cumprimento da nova lei de licitações** - eliminando dúvidas, ardis, não conformidades e inseguranças jurídicas em especial nas fases de:

a) **Planejamento das Contratações Públicas**

Nesta etapa, observam-se diversos erros e falhas involuntárias, que poderiam ser evitadas pelos membros da equipe de planejamento da contratação, eliminando desconfortos, ilegalidades, custos e exposição aos Órgãos Externos de Fiscalização, principalmente, na fase de execução do Contrato;

b) **Seleção do Fornecedor**

Princípios **Basilares** da Licitação e dos Normativos que regulam o procedimento licitatório, noções das dispensas, inexigibilidades, do tratamento diferenciado (ME) e a importância do assessoramento jurídico

c) **Gestão e Fiscalização**

Técnicas de acompanhamento zeloso e tempestivo para alcance com excelência da execução dos serviços – a culpa in vigilando - alertando sobre as falhas típicas, o relacionamento entre as partes, o registro tempestivo dos fatos relevantes, o momento preciso de exigir a documentação pertinente que permita a rastreabilidade das medições - a culpa in custodiendo - adequação do pagamento ao desempenho - IMR, a forma de evitar riscos trabalhistas, previdenciários, tributários, acidentários e de ESG, concomitante ao andamento do contrato.

Importante:

O planejamento das contratações – **procedimento crucial para o alcance da excelência em terceirização de obras e serviços** - é cercado de muitos riscos, não conformidades, perigos, armadilhas, além das novidades legais, desconhecidas e iminentes. Neste evento, orientaremos, com exemplos reais e práticos, a forma de mitigar e atingir a solução desejada.

O curso começará discorrendo sobre as **60 novidades da lei** e em seguida, como elaborar o Documento de Formalização da Demanda (DFD), Estudos Técnicos Preliminares (ETP), e preparação do Projeto Básico (PB) ou Termo de Referência (TR), **que devem conter especificação precisa e detalhada do Objeto a ser contratado**, respeito as regras de ESG, GRI e boas práticas, permitindo a elaboração de um **Edital** consistente e afinado com a “Nova Legislação”, facilitando os procedimentos de Seleção do Fornecedor e finalmente a Execução do Instrumento de Contrato, mantendo segurança e alcance de relação custo-benefício para a Administração.

Objetivos Específicos

- Apresentar a legislação reguladora e as boas práticas utilizadas no planejamento das contratações de obras públicas;
- Alertar sobre a relevância do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e da importância da clareza e precisão necessária para especificar criteriosamente o Projeto básico, Termo de Referência (TR), documento suporte do Edital;
- Conhecer os principais documentos de formalização e planejamento da contratação: Documento de Formalização da Demanda (DFD); Estudos Técnicos Preliminares (ETP); Mapa e Matriz de Riscos (MR); Projeto Básico (PB) e Termo de Referência (TR);
- Aprender como evitar subordinação, habitualidade, onerosidade e pessoalidade (SHOP), através de precisas especificações no Instrumento Contratual e relacionamento direto, exclusivamente, com os prepostos da contratada, de maneira a evitar riscos de responsabilidade subsidiária, Súmula 331 TST;

- Conhecer o rito legal para aplicar as sanções administrativas e as consequências de não cumprir os Acordos de Níveis de Serviços, KPI, IMR, prescritos no Instrumento Contratual;
- Conhecer o papel dos Atores envolvidos nas etapas de requisição da demanda, especificações do serviço\obra, planejamento das contratações, seleção do fornecedor e gestão e fiscalização de forma a alcançar a execução da obra e serviço de engenharia.
- Conhecer as novas Modalidades de Contratação, Tipos de Licitação - Critérios de Julgamento - e Regimes de Contratação, à luz da lei 14133\21
- Aprender a alterar, reequilibrar, repactuar e reajustar contratos, sabendo reconhecer pleitos – claims – legais e ilegais, assim como antipleitos e contrapleitos;
- Identificar os custos não renováveis, sem contrariar a lei 14.133\21, para expurgá-los corretamente por ocasião da renovação contratual;
- Aprender a realizar aditivos sem erros grosseiros por ocasião de eventos subsequentes, aplicando os limites legais e afinados com os Acórdãos dos Órgãos Externos de Fiscalização;
- Aprender a fiscalizar – conforme legislação - de forma Preventiva, Rotineira, Sistemática e por Amostragem, dando oportunidade a todos os eventos conhecidos, executando com perfeição os procedimentos diários, semanais e mensais, imprescindíveis, evitando riscos trabalhistas, previdenciários, tributários acidentários, ambientais, de sustentabilidade e governança, sem prejudicar o cumprimento da obra;
- Fazer cumprir o contrato, agindo tempestivamente para disponibilizar as obrigações da contratante e cobrar as obrigações da contratada, em especial as cláusulas de pagamento;
- Conhecer as atribuições dos 4 tipos de Fiscais recomendados para evitar os ardis repetitivos preparados por maus empreiteiros;
- Informar sobre a importância da postura e atribuições dos Fiscais e Gestores, afinados com regras de conduta da entidade, além das jurisprudências do TCU;

Público Alvo

- Gestores e Fiscais de obras, Serviços de Engenharia e de contratos terceirizados em geral; Assessores jurídicos, procuradores, auditores e integrantes dos controles interno e externo; Agentes que atuam direta ou indiretamente na equipe de planejamento, elaboração de ETP ação de Termos de Referência, Projetos Básicos e planejamento das contratações; Gestores de Atas de Registros de Preços e profissionais responsáveis pelas contratações por Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação; Compradores, membros da unidade requisitante, e demais Servidores que atuam nas áreas envolvidas pela Cadeia de Suprimentos Públicos; Advogados, Procuradores, Consultores e demais profissionais da área jurídica; Profissionais que atuam no planejamento elaboração e processamento de editais documentos técnicos, administrativos e jurídicos; Pregoeiros, Equipe de apoio e membros de Comissões de Licitação; Comissionados, Agentes públicos e de Contratação; Auditores e demais profissionais envolvidos ou interessados nos procedimentos de planejamento das contratações públicas, inclusive nas estatais.

Conteúdo Programático

1. O PROCESSO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICAS DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA NA LEI 14.133\21

1.1. As possíveis repercussões – na formação do processo, na licitação e fiscalização - das Inovações mais importantes da Lei 14.133/21, nos contratos de obras e serviços de engenharia.

1.2 Âmbito de aplicação da nova lei de licitações.

1.3. As novas qualificações, exigências e atribuições do agente público, do agente de contratação e comissão de contratação nas contratações de obras.

1.4. Plano Anual de Contratações - PAC e o Sistema de Planejamento e gerenciamento das contratações PGC – IN 01/2019

1.5. As fases do processo de contratação.

1.6. Orçamento: principais conceitos, custo direto, indireto, insumos, impostos, lucro, BDI e DFP

2. PLANEJAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, ANTEPROJETO, PROJETO BÁSICO E EDITAL

2.1. Planejamento da contratação na legislação vigente, Lei 14.133/21 e Decreto 11.246\22

- 2.2. Anteprojeto, PB e Edital: diferenças, definições na nova legislação
- 2.3. Eficiente estruturação do Projeto Básico no delineamento da contratação pública e sua importância para economia dos gastos
- 2.4. Quem são os responsáveis pela elaboração do ETP, Anteprojeto, PB e Edital? Quais os riscos e pontos importantes a considerar na elaboração desses documentos? 5 dicas essenciais!
- 2.5. Documento de Formalização da Demanda
- 2.6. Designação formal da Equipe de Planejamento – Quem designa e quem deve participar
- 2.7. A Fundamentação adequada do pedido e Justificativa da necessidade especificadas
- 2.8. Identificação e comparação das soluções
- 2.9. Análise de viabilidade da contratação.
- 2.10. Prospecção de consumo e quantitativos necessários para contratar
- 2.11. Especificação do Objeto, Escopo e do objeto divisível (Súmula 247 -TCU)
- 2.12. Definição e especificação clara, do tipo, qualidade, quem disponibiliza, quanto, quando, onde e como dos materiais \ utilidades, equipamentos e recursos humanos.
- 2.13. Definição do valor estimado da contratação, DFP - (IN,73/20)
- 2.14. Regime de Execução Resultados pretendidos
- 2.15. Prazo de execução
- 2.16. Procedimentos de gerenciamento e fiscalização da obra
- 2.17. Instrumento de Medição de Resultados (IMR) e Penalizações
- 2.18. Soluções e viabilidade da contratação
- 2.19. Matriz de riscos: metodologia inédita para implantar, modelos e exemplos reais. Exigível – lei 14.133\21 e lei 13.303\16 - para contratações integradas, semi-integrada e de grande vulto!
- 2.20. A atuação do Tribunal de Contas e seus Acórdãos

3. SELEÇÃO DO FORNECEDOR – Regras básicas e novidades

- 3.1. Habilitação
 - 3.1.1 Documentação
 - 3.1.2. Habilitação Jurídica
 - 3.1.3. Habilitação Técnica
 - 3.1.4. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista
 - 3.1.5. Habilitação Econômico-Financeira
- 3.2. Critérios de julgamento (Tipos de licitação)
 - 3.2.1. Menor preço
 - 3.2.2. Maior desconto
 - 3.2.3. Melhor técnica ou conteúdo artístico
 - 3.2.4. Técnica e preço
 - 3.2.5. Maior lance (no caso de leilão)
 - 3.2.6. Maior retorno econômico
- 3.3. Modos de disputa
- 3.4. Modalidades de licitação
 - 3.4.1 Pregão
 - 3.4.2. Concorrência
 - 3.4.3. Concurso
 - 3.4.4. Leilão
 - 3.4.5. Diálogo Competitivo
- 3.5. Novidades: Dialogo competitivo, contratação integrada e semi-integrada
- 3.6. Orçamento sigiloso, procedimento de habilitação e apresentação dos documentos,
- 3.7. Regimes de execução de obras e serviços de engenharia
 - 3.7.1. Empreitada por preço unitário (EPU)
 - 3.7.2. Empreitada por preço global (EPG)
 - 3.7.3. Contratação Integrada
 - 3.7.4. Contratação semi-integrada

4. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 4.1 Procedimentos de Gestão e Fiscalização exigidos na Nova Lei de Licitações. Evolução da Fiscalização de Obras ante o novo cenário de mercado: Atuação dos Fiscais, à luz da nova Lei, interpretação das cláusulas, Reunião de Abertura, leitura do contrato, Designação dos Fiscais acompanhamento - tempestivo - de maneira "Preventiva, Rotineira e Sistemática", responsabilidades dos gestores, fiscais, do Controle Interno, Assessoria jurídica e Autoridades. Erro crasso, erro grosseiro, vícios, favores, presentes, flexibilidade, bom senso, conflito de interesses, envolvimento, nepotismo, ética, ardis, governança e integridade
- 4.2. Duração dos contratos, novidades, prorrogação contratual possibilidades e Expurgo dos custos não renováveis
- 4.3. Aditivos, acréscimo, supressões e limites. Aditivo para regularizar erro crasso, limites legais
- 4.4. Garantias e seguros, cláusula de retomada (novidade)
- 4.5. Preclusão de direitos. Comentários aos artigos 22 a 103 do novo Marco Legal das contratações públicas: a alocação de riscos e seus reflexos ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo
- 4.6. Sanções e penalidades administrativas: ações, procedimentos, dosimetria, limites e ritos
- 4.7. Gestor do contrato, Fiscal técnico, Fiscal administrativo, Fiscal setorial, fiscal do usuário, Preposto, Substitutos, Agente de contratação e Agente público, novidades
- 4.8. Possibilidades ou não de recusa pelo servidor para atuar na Fiscalização, capacitação exigida na nova lei, vedações
- 4.9. IMR – instrumento de medição de resultado, exemplos de métricas por tipo de contratos: Manutenção, serviços de engenharia e obras
- 4.10. Fiscalização inicial, intermediária e final. Termo de recebimento definitivo
- 4.11. Fiscalização preventiva, rotineira e sistemática, atitudes diárias, semanais mensais e final, procedimentos por amostragem. Como fazer. Oportunidades a todos os eventos de risco de serem fiscalizados
- 4.12. Matriz de riscos". Quem é obrigado a fazer e em quais tipos de contratos lei exige. Como fazer
- 4.13. Contratos "DEMO" e contratos por empreitada.
- 4.14. Subcontratação – riscos – legislação - CLT
- 4.15. ART, CAT e RAT, documentos de regularidade técnica
- 4.16. Recebimento do objeto, responsabilidades do projetista consultor na nova lei de licitações e contratos.
- 4.17. Extinção contratual, hipóteses, formas de conduzir, riscos de pleitos, precauções e consequências
- 4.18. Dispute Boards no Brasil – Art. 151 da Lei de Licitações. Evolução Normativa. Arbitragem. Controvérsias, Comitê de Resolução de Disputas e Claims
- 4.19. Pagamento do serviço na nova lei de licitações e contratos, remuneração variável, interpretações e controvérsias, pagamento antecipado e retenções
- 4.20. Registro de ocorrências, diferenças entre Gestor X fiscal, contratação de terceiros para fiscalizar, aviso público de obra paralisada
- 4.21. Equilíbrio da Equação inicial dos Contratos de Obras e Serviços de Engenharia - Reequilíbrio, Reajustes e Repactuações
- 4.22. Os mistérios da mobilização, desmobilização e química fina

5. REGRAS DE INTEGRIDADE: NOVIDADES DA LEI 14.133\21.

- 5.1 Controle interno e Governança
- 5.2. Linhas de defesa
- 5.3. Segregação de função
- 5.4. Compliance para contratadas
6. **OFICINA -- QUIZ (Último dia do evento)**
 - 6.1 **Oficina** - Matriz de risco na prática.
 - a) Os treinandos, em grupo, efetuarão, com utilização de casos reais ocorridos em grandes organizações, Matriz de risco, com ajuda do instrutor, sobre contratação integrada ou semi-integrada ou de grande vulto
 - 6.2 **Quiz** -Serão apresentadas 2 questões para cada participante resolver como tarefa extraclasse. Para uma turma de trinta teremos 60 questões diferentes e todas, no último dia do evento, serão discutidas e respondidas, com a participação dos treinandos em grupo.

Instrutor

Severino Gonçalves de Oliveira

EXPERIÊNCIA, 45 anos em Auditoria Geral e de Contratações em Empresas Públicas e Privadas. Graduação em Ciências Contábeis pela UFRJ; Pós-graduado em Auditoria e Contabilidade pela UNIRIO; MBA em auditoria, FGV/DELOITTE; MBA em Finanças Empresariais pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC-RJ); ESPECIALIZAÇÕES NO EXTERIOR: Especialização em Auditoria, Contabilidade e Prevenção de Fraudes em Empresas de Petróleo, University of Texas at Dallas, USA; Atualização em Prevenção em Fraudes Corporativas, M I S INSITUTE – Nevada – USA. Professor de MBA da FGV – Fundação Getúlio Vargas, há 20 anos, em Gestão de Serviços, Auditoria de Logística, Auditoria Avançada, Auditoria das Demonstrações Financeiras e Prevenção de Fraudes nas Corporações; Professor da Universidade Corporativa da Petrobras; Treinou os auditores do Tribunal de Contas dos seguintes Municípios/Estados/União: São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Santa Catarina, Tocantins, Distrito Federal e Brasília; Treinou os Auditores/Oficiais da Polícia Militar do Estado da Bahia; conferencista há mais de vinte anos; palestrou para mais de 2000 pessoas no Congresso de Pregoeiros e de Compras Públicas em Foz do Iguaçu e para centenas de pessoas em Santa Cruz de La Sierra e Cochabamba na Bolívia, além de diversos outros locais no MERCOSUL; Treinou nos últimos vinte anos mais de 8.000 gestores de contratos do Sistema PETROBRAS no Brasil e no Exterior e aproximadamente 30.000 pessoas em diversas empresas públicas e privadas, no Brasil e Exterior; Ministrou cursos para centenas de empresas públicas e privadas com os seguintes títulos: Fiscalização de Contratos Terceirizados, Gestão e Auditoria de Contratos, Técnicas de Redação e Interpretação de Contratos, S.L.A. em Contratos de Serviços, Licitações e Gerenciamento de Contratos de Obras e Serviços de Engenharia, Prevenção de Fraudes na Terceirização, Auditoria em Compras para Gestores de Suprimentos, Auditoria de Contratos de Serviços e Obras Auditoria Governamental, Serviços Terceirizados e Mitigação de Riscos em contratos de Obras e Serviços, A influência do Novo Código Civil nos Contratos de Terceirização; Administrando Pleitos nos contratos de Obras e Serviços e Aplicação da IN 052017 do MPDG – As novas regras de contratações públicas; Dezenas de artigos publicados em diversas Revistas e Jornais de grande circulação e revistas especializadas, tais como: Revista do TC do Município de São Paulo, Revista RH, ANERJ, Consultoria Negócios Públicos, do PR; sobre: Auditoria, Prevenção de Fraudes e Contratos de Serviços; Coautor do Livro “Temas Controvertidos em Licitações e Contratos Administrativos”, editado por Temas e Ideias, do RJ; Autor do “Cartão de Referência de Fraudes em Contratos Terceirizados” editado com sucesso pela Editora Negócios Públicos, do PR.

Informações e inscrições:

Data: 24, 25 e 26 de abril de 2024

Horário: 8h às 12h e das 13h30 às 17h30 nos dias 24 e 25/04/2024
e 8h às 12h no dia 26/04/2024.

Cidade: Campo Grande - MS

Local: Indaiá Park Hotel - Av. Afonso Pena, 354 – Bairro Amambai

Incluso: Pasta em couro ecológico, Apostila, Caneta com marca texto, Certificado e Coffee Break.

Carga Horária: 20 h/a.

Investimento: R\$ 2.280,00

Contato: 0800 724 7720 ou 67 3348 3300

E-mail: contato@supercia.com.br

Dados para Empenho:

Supercia Capacitação e Marketing Ltda.

CNPJ: 11.128.083/0001-15 Av. Eduardo Elias Zahran, 420 - Jardim Paulista – Campo Grande - MS - 79050-000

Certidões Negativas: <http://www.supercia.com.br/certidoes>

Dados Bancários: Banco do Brasil: Ag. 2936-X c/c: 132867-0

Importante: Política de cancelamento ou adiamento de inscrições de cursos:

Por Iniciativa da **SUPER CURSOS:** o curso poderá ser cancelado ou adiado por falta de quórum ou outras razões, com 24 horas de antecedência da data prevista para seu início.

Por Iniciativa do Participante: O cancelamento deverá ser solicitado até 72 horas de antecedência do início do curso, após este prazo não haverá devolução do valor pago. Há possibilidade de substituição do participante.